



**Missão:** *Garantir os direitos do jurisdicionado no Estado do Acre, com Justiça, agilidade e ética, promovendo o bem de toda a sociedade.*

## PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA JUIZ LEIGO E CONCILIADOR

### CADERNO DE PROVAS – JUIZ LEIGO



#### **INSTRUÇÕES – LEIA COM ATENÇÃO:**

##### **PROVA OBJETIVA**

1. Verifique se seu caderno de provas contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, correspondentes à prova objetiva, e se estão corretamente ordenadas de 1 a 40, cada uma possuindo quatro alternativas “**A, B, C e D**”.
2. Caso o caderno de provas ou o cartão-resposta estejam incompletos ou apresentem algum defeito, comunique aos fiscais de sala, que adotarão as providências adequadas.
3. Ao receber o **Cartão-Resposta**, assine o nome, por extenso, e identifique-o com o número de sua inscrição. Transfira as respostas para esse cartão, utilizando apenas caneta de tinta azul ou preta, preenchendo toda a área reservada à letra correspondente à resposta, lembrando que só há uma resposta correta para cada questão, de acordo com modelo:

01

02

##### **PROVA SUBJETIVA**

4. Verifique se seu caderno de provas contém 6 (seis) questões teóricas.
5. Ao receber seu caderno de provas, identifique-o com o número de sua inscrição
6. Constatando qualquer anormalidade (página sem impressão, repetida, ausência de página ou impressão defeituosa), solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição.
7. Cada caderno de provas conterá 2 (duas) folhas de rascunho para elaboração das respostas das questões teóricas. As respostas devem ser transcritas para as respectivas “folhas oficiais de respostas”, pois os rascunhos não serão corrigidos.
8. Evite rasuras, pois elas poderão dificultar o entendimento de suas respostas.

##### **INSTRUÇÕES GERAIS**

9. A duração da prova é de **5 (cinco) horas**, incluindo a transcrição das respostas para o Cartão-Resposta.
10. Ao terminar a prova comunique ao fiscal da sala e devolva o seu Cartão-Resposta e o caderno de provas. Este último poderá ser levado pelo candidato somente no caso de **restar 30 (trinta) minutos** para o término do tempo de prova.
11. Não é permitido o uso de aparelhos eletrônicos de quaisquer espécies, bem como o uso de óculos escuros e boné. Se o celular tocar no período de realização da prova, o candidato será automaticamente desclassificado.
12. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno de provas poderá implicar a anulação da sua prova.
13. Aguarde a autorização do fiscal de sala para abrir o caderno e iniciar a prova.

**BOA SORTE!**



**1. Ao tentar entrar na agência do banco de que é cliente, Gustavo foi retido por mais de 10 minutos na porta giratória de segurança, que travou em razão do marca-passo implantado em seu coração. Com base nessa situação hipotética e no atual entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) o simples travamento da porta giratória já é suficiente para lesar a imagem de Gustavo, de modo que cabe ao banco indenizá-lo por dano moral;
- B) o dano moral poderá advir dos desdobramentos que possam suceder ao travamento da porta, assim consideradas as iniciativas que, tomadas pelo banco ou por seus prepostos, possam majorar os efeitos da ocorrência, fazendo com que ela assuma contornos de vergonha e humilhação, esses, sim, passíveis de reparação;
- C) o banco é parte ilegítima para figurar no polo passivo de eventual ação por dano moral a ser ajuizada por Gustavo, uma vez que a responsabilidade pelo fato é exclusiva da empresa prestadora de serviços de segurança;
- D) caso pretenda ajuizar ação por dano moral contra o banco, Gustavo não poderá invocar as regras do CDC, inaplicáveis em relação às instituições financeiras.

**2. Conforme disposição expressa no CDC, as sociedades coligadas.**

- A) são subsidiariamente responsáveis por danos causados aos consumidores;
- B) só respondem por dolo, juntamente com as sociedades integrantes do grupo societário;
- C) só respondem por culpa;
- D) têm responsabilidade integral e solidária.

**3. Em ação que trate de matéria consumerista, constitui aspecto irrelevante na análise do defeito do produto:**

- A) a segurança que razoavelmente se espera de seu uso;
- B) a época em que tenha sido colocado em circulação;
- C) a apresentação do produto;
- D) a existência, no mercado, de outro produto de melhor qualidade.

**4. No que concerne à prescrição e à decadência nas relações de consumo, assinale a opção CORRETA.**

- A) a garantia contratual, que decorre da autonomia da vontade das partes, complementa a garantia legal, podendo, no contrato, ser estipulado prazo superior aos determinados por lei;
- B) as causas de interrupção da prescrição previstas no Código Civil não se aplicam às relações de consumo;
- C) a instauração de inquérito civil, em regra, não obsta o transcurso do prazo decadencial;
- D) nem toda situação relacionada a dano causado ao consumidor por defeito do produto submete-se aos prazos prescricionais.

**5. Segundo a Lei n.º 9.503/1997 (CTB), as infrações de trânsito são classificadas em quatro categorias – leve, média, grave e gravíssima. É considerada infração média:**

- A) dirigir veículo com validade da Carteira Nacional de Habilitação vencida há mais de 30 dias;
- B) deixar o condutor ou o passageiro de usar cinto de segurança;
- C) ter seu veículo imobilizado na via por falta de combustível;
- D) estacionar o veículo afastado da guia da calçada (meio-fio) de 50 centímetros a 01 metro.



**6. É lição de Direito Administrativo que as despesas previstas devem ser liquidadas no pertinente contrato, antecedido, em regra, de licitação. Há alguns meses, a imprensa veiculou notícia sobre o uso indevido de cartões de crédito corporativos por agentes políticos federais em supermercados, restaurantes, postos de gasolina, *free shops* e para saques de dinheiro em caixas eletrônicos. Cuida-se de evidente desrespeito ao princípio da**

- A) impessoalidade;
- B) proporcionalidade;
- C) transparência;
- D) tutela.

**7. Igor, servidor público estatutário e regularmente investido no cargo de motorista da Secretária de Saúde do Estado do Acre, ao dirigir alcoolizado carro oficial em serviço, atropelou particular que atravessava, com prudência, uma faixa de pedestres no centro de Rio Branco/AC, ferindo-o gravemente. Tomando por base essa situação hipotética, os preceitos, a doutrina e a jurisprudência da responsabilidade civil, assinale a alternativa CORRETA:**

- A) é caso de aplicação da teoria do risco integral;
- B) a vítima não pode ingressar com ação de ressarcimento do dano contra o Estado, apenas contra Igor;
- C) no âmbito da ação indenizatória pertinente e após o trânsito em julgado, Igor não poderá ser responsabilizado, regressivamente, caso receba menos de dois salários mínimos;
- D) na teoria do risco administrativo, há hipóteses em que, mesmo com a responsabilização objetiva, o Estado não será passível de responsabilização.

**8. São características dos contratos administrativos, EXCETO:**

- A) imutabilidade;
- B) presença de cláusulas exorbitantes;
- C) natureza de contrato de adesão;
- D) natureza, via de regra, *intuitu personae*.

**9. Quanto à discricionariedade e à vinculação do ato administrativo, É CORRETO que**

- A) discricionariedade e arbitrariedade são expressões sinônimas;
- B) ato discricionário é aquele em que o administrador tem certa liberdade de escolha, especialmente quanto à conveniência e à oportunidade;
- C) o Poder Judiciário pode apreciar o ato administrativo quanto aos aspectos da conveniência e da oportunidade;
- D) no que concerne aos elementos competência e finalidade do ato administrativo, a lei pode deixar à livre apreciação da autoridade tanto no ato discricionário quanto no ato vinculado.

**10. Sobre os serviços públicos, assinale a alternativa INCORRETA:**

- A) serviços administrativos são aqueles que o Estado executa para melhor compor sua organização;
- B) serviços *utiuniversi* são aqueles prestados a grupamentos determinados de indivíduos, de acordo com as opções e prioridades da Administração;
- C) o serviço público é adequado quando satisfizer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas;
- D) serviços *utisinguli* preordenam-se a destinatário individualizados, sendo mensurável a utilização por cada um dos indivíduos.



**11. Sobre os denominados direitos fundamentais de primeira geração ou dimensão, É CORRETO afirmar que:**

- A) surgiram precipuamente para assegurar aos indivíduos a possibilidade de exigir do Estado prestações concretizadoras do mínimo existencial.
- B) resultaram da reação das classes hipossuficientes à opressão dos grupos econômicos dominantes.
- C) foram desenvolvidos inicialmente como imposições negativas ao Estado, de forma a tutelar a liberdade individual e a livre iniciativa.
- D) têm nítida vocação para a tutela coletiva de bens jurídicos da comunidade.

**12. A compreensão da Constituição como produto dos fatores reais de poder corresponde à concepção de:**

- A) Constituição Sociológica (Ferdinand Lassale).
- B) Constituição Normativa (Konrad Hesse).
- C) Constituição Aberta (Peter Häberle).
- D) Constituição Liberal.

**13. Sobre o *habeas corpus*, É INCORRETO afirmar que:**

- A) tem origem na formação dos direitos liberais clássicos.
- B) é garantia constitucional gerada para a tutela da liberdade de locomoção.
- C) é ação constitucional com legitimidade ativa universal.
- D) somente pode ser concedido em situação de violação efetiva da liberdade de locomoção

**14. A ação constitucional de mandado de segurança:**

- A) é adequada para a obtenção de informação de interesse geral, não protegida por sigilo, constante de registros ou banco de dados públicos.
- B) é a ação adequada para a retificação de dados públicos sobre a pessoa do impetrante.
- C) pode ser impetrada no STF contra ato jurisdicional do STJ.
- D) pode ser ajuizada apenas para a defesa de interesses individuais.

**15 – Os direitos sociais na República Federativa do Brasil:**

- A) possuem, em regra, tratamento constitucional diferente dos direitos fundamentais clássicos.
- B) estão sujeitos a restrições pela ação do Poder Legislativo.
- C) surgiram essencialmente como vedações a atos e medidas do Poder Público.
- D) não são direito fundamentais.

**16. É da competência do juizado especial cível:**

- A) o conhecimento de ação de consignação em pagamento.
- B) reclamação de funcionário de empresa de transporte na qual requer indenização por danos morais, em valor inferior a quarenta salários mínimos, em razão de ofensa praticada pelo empregador.
- C) ação de indenização em face de empreiteira local em virtude de acidente de trânsito, na qual pleiteia o reclamante os valores de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) como reparação por danos morais e materiais, respectivamente.
- D) reclamação cível em desfavor de instituição financeira com pedido de perícia contábil para aferir a atualização incorreta de investimento financeiro.



**17. Com relação aos juizados especiais cíveis, permite a Lei nº 9.099/95:**

- A) o prosseguimento da demanda pelo reclamante que se tornou preso em virtude de sentença condenatória recorrível.
- B) a apresentação de reconvenção pelo reclamado, desde que relacionada à causa de pedir aduzida pelo reclamante.
- C) qualquer forma de intimação, exceto por telefone.
- D) a desistência da ação sem anuência do reclamado.

**18. De acordo com a regência da Lei nº 12.153/2009:**

- A) o mandado de segurança pode ser impetrado no juizado especial da fazenda pública sem a limitação de sessenta salários mínimos para o valor da causa.
- B) não há prazo especial para a apresentação de defesa pela pessoa jurídica de direito público reclamada, exceto para recorrer da sentença em primeiro grau, caso em que o prazo será contado em dobro.
- C) é admitido recurso em face da decisão que antecipa os efeitos da tutela jurisdicional.
- D) no juizado da fazenda pública é possível a obtenção de sentença para declarar a nulidade da pena de demissão aplicada a servidor público.

**19. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- A) nos juizados especiais cíveis, a par do que ocorre na nova regência da fase do cumprimento de sentença no Código de Processo Civil, é possível o conhecimento de embargos do devedor sem prévia garantia do juízo pela penhora.
- B) admite-se a apresentação de exceção de pré-executividade para modificação do valor do crédito decorrente da incidência de multa diária pelo descumprimento da obrigação de fazer.
- C) a gratuidade da justiça não abrange o valor devido em condenação por litigância de má-fé.
- D) a incompetência territorial pode ser reconhecida de ofício no sistema de juizados especiais cíveis.

**20. Ainda sobre o juizado especial cível, É CORRETO afirmar que:**

- A) A única defesa do executado na fase de execução de título extrajudicial são os embargos do devedor.
- B) o juizado especial cível é competente para o conhecimento de demanda relativa à cobrança do pagamento do seguro obrigatório DPVAT.
- C) a revisão de tarifas previstas em contratos de mútuo bancário é pretensão que foge à competência dos juizados especiais.
- D) não é possível a formação de litisconsórcio facultativo o juizado especial cível.

**21. Acerca da personalidade e da capacidade, é sabido que toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil. Desta feita, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, EXCETO:**

- A) os menores de dezesseis anos.
- B) excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- C) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- D) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.



**22. O tempo e o direito sempre andaram juntos. Não se ignora a necessidade do direito de consolidar situações jurídicas ao longo do tempo, no objetivo de manter a pacificação social e a manutenção da segurança jurídica. A análise do passar do tempo é prestigiada no direito por vários institutos, mas, em especial, pela prescrição e decadência. Posto isso, assinale a alternativa CORRETA:**

- A) os prazos de prescrição podem ser alterados pela vontade das partes.
- B) Salvo disposição legal em contrário, se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- C) a prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.
- D) a renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.

**23. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- A) considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de alguns dos poderes inerentes à propriedade.
- B) de acordo com o Código Civil Brasileiro, são exemplos de direitos reais: a propriedade, a superfície, as servidões, o usufruto, o uso, a concessão de uso especial para fins de moradia, dentre outros.
- C) o proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que justamente a possua ou detenha.
- D) a propriedade do solo não abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica, os monumentos arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais.

**24. O Código Civil de 2002 se divorciou da corrente unitária francesa, abraçando a doutrina corrente binária alemã e italiana, ao distinguir o ato do negócio jurídico e, até mesmo, de ato-fato jurídico. Posto isso, assinale a assertiva CORRETA acerca do negócio jurídico:**

- A) a validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável; forma prescrita ou não defesa em lei.
- B) a incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio e aproveita aos cointeressados capazes.
- C) é nulo o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.
- D) considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e certo.

**25. O instituto da dação em pagamento no Código civil em vigor caracteriza-se quando:**

- A) o mesmo tempo credor e devedor uma da outra. a pessoa obrigada por dois ou mais débitos da mesma natureza, a um só credor, tem o direito de indicar a qual deles oferece pagamento, se todos forem líquidos e vencidos.
- B) se transfere ao novo credor todos os direitos, ações, privilégios e garantias do primitivo, em relação à dívida, contra o devedor principal e os fiadores.
- C) o credor consente em receber prestação diversa da que lhe é devida.
- D) se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra.



**26. De acordo com a teoria eclética de Enrico Túlio Liebman, adotada nos arts. 3º e 267, VI, do CPC, o direito de ação é o direito ao julgamento do mérito da causa. E as condições da ação são requisitos necessários para que seja proferida essa decisão de mérito. São condições da ação: a legitimidade *ad causam*, o interesse de agir a possibilidade jurídica. Já a capacidade é um dos pressupostos processuais.**

**Posto isso, caso o Juiz verifique que uma das partes é incapaz ou há irregularidade em sua representação, deverá suspender o processo e marcar tempo razoável para que o defeito seja sanado. Assinale a alternativa que indique a providência correta a ser tomada pelo magistrado, na hipótese de persistência do vício:**

- A) se o vício se referir ao autor, deve o juiz aplicar-lhe multa por litigância de má-fé.
- B) se o vício se referir ao autor, deve o juiz proferir o julgamento antecipado da lide.
- C) se o vício se referir ao réu, deve o juiz reputá-lo revel.
- D) se o vício se referir ao réu, deve o juiz julgar a causa em seu desfavor.

**27. Sobre as provas, assinale a assertiva VERDADEIRA:**

- A) todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, desde que especificados neste Código, são hábeis a provar a verdade dos fatos, em que se funda ação ou a defesa.
- B) o ônus da prova incumbe: ao autor quanto ao fato constitutivo do seu direito; e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
- C) há confissão, quando a parte admite a verdade de um fato, contrário ao seu interesse e desfavorável ao adversário. A confissão é judicial ou extrajudicial.
- D) a prova exclusivamente testemunhal só se admite nos contratos cujo valor não exceda 05 (cinco) vezes o maior salário mínimo vigente no país, ao tempo em que foram celebrados.

**28. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito:**

- A) quando o juiz deferir a petição inicial.
- B) quando ficar parado durante mais de 01 (um) mês por negligência das partes.
- C) quando a ação for considerada transmissível por disposição legal.
- D) quando o juiz acolher a alegação de preempção, litispendência ou de coisa julgada.

**29. Marque a alternativa INCORRETA:**

- A) o juiz pode, de ofício, em qualquer estado do processo, determinar o comparecimento pessoal das partes, a fim de interrogá-las sobre os fatos da causa.
- B) a confissão judicial faz prova contra o confitente, não prejudicando, todavia, os litisconsortes.
- C) o documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o tabelião, ou o funcionário declarar que ocorreram em sua presença.
- D) o juiz inquirirá as testemunhas separada e sucessivamente; primeiro as do réu e depois as do autor, providenciando de modo que uma não ouça o depoimento das outras.

**30. Sobre as condições da ação marque a CORRETA:**

- A) se, no curso do processo, se tornar litigiosa relação jurídica de cuja existência ou inexistência depender o julgamento da lide, qualquer das partes poderá requerer que o juiz a declare por sentença.
- B) para propor ou contestar ação é desnecessário ter interesse e legitimidade.
- C) é inadmissível a ação declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação a direito.
- D) ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio salvo quando autorizado em lei e tratar-se de direitos disponíveis, apenas.



**31. Quanto ao concurso de crimes, É CORRETO afirmar:**

- A) no concurso material o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, sendo aplicada a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de 1/6 (um sexto) até 1/2 (metade).
- B) no concurso material o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.
- C) no concurso material o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhanças, devem os subsequentes ser havidos como sequência do primeiro.
- D) todas as respostas estão erradas.

**32. Quando o agente imputa ou atribui a alguém falsamente a prática de fato definido como crime, acaba praticando:**

- A) injúria
- B) difamação
- C) calúnia
- D) injúria real

**33. O Código de Trânsito Brasileiro define: artigo 309 – Dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida permissão para dirigir ou habilitação ou, ainda, se cassado o direito de dirigir, gerando perigo de dano: pena – detenção, de 06 (seis) meses a 1 (um) ano, ou multa. A Polícia Militar foi acionada e localizou o autor do fato na direção do respectivo veículo, ou seja, em flagrante delito, pois não possuía permissão para dirigir. Realizada a identificação do autor do fato, constatou-se que já havia praticado o mesmo crime em diversas oportunidades, inclusive, com condenação transitada em julgado. Na hipótese de nova aplicação da pena É CORRETO afirmar:**

- A) deve ser aplicada a pena restritiva de direito, pois o delito não ultrapassa o limite de 04 anos (artigo 44, inciso I do CP).
- B) não deve ser aplicada a pena restritiva de direito, pois é reincidente específico em crime doloso.
- C) por se tratar de pena de detenção, independente de ser reincidente, deve ser aplicada a pena restritiva de direito.
- D) a reincidência sempre impedirá a aplicação da pena restritiva de direito, independentemente da medida ser socialmente recomendável.

**34. Sobre o crime culposo É CORRETO afirmar:**

- A) negligência é uma atitude positiva arriscada ou perigosa, um agir sem cautela, sem a atenção necessária e com afoitamento.
- B) negligência é uma inatividade (forma omissiva), a ausência de precaução, a inércia do agente que, podendo agir para não causar ou evitar o evento danoso, não o faz por preguiça, desleixo ou desatenção.
- C) para a aplicação da pena restritiva de direito, o crime culposo não pode ultrapassar o limite de 4 (quatro) anos;
- D) no crime culposo aplica-se a redução pela metade do prazo prescricional, conforme procedimento adotado para aquele que, ao tempo do crime, era menor de 21 (vinte um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos.



**35. O autor do fato estava limpando o quintal e deixou um pedaço de madeira escorada no muro. A vítima estava passando pelo local, momento em que a madeira caiu e atingiu o seu braço, causando um pequeno hematoma. O autor do fato tentou se explicar, confessando que agiu com desatenção e que poderia ter evitado o evento danoso, pois deveria ter colocado a madeira no chão. A vítima não aceitou as explicações e foi registrar a notícia crime, materializada no termo circunstanciado. Qual a tipificação do fato?**

- A) lesão corporal dolosa, definida no artigo 129, caput do Código Penal.
- B) lesão corporal culposa, definida no artigo 129, § 6 do Código Penal
- C) atipicidade da conduta
- D) contravenção penal de deixar de colocar na via pública, sinal ou obstáculo, determinado em lei ou pela autoridade e destinado a evitar perigo a transeuntes (artigo 36 do Decreto Lei 3688/41)

**36. No processo penal, especificamente no procedimento comum ordinário, É CORRETO afirmar:**

- A) quando o réu residir fora do território da jurisdição do juiz processante, o juiz deverá determinar a citação por edital.
- B) a citação por carta precatória ocorrerá quando o denunciado residir em Comarca diversa do local do fato.
- C) não é possível a citação por carta precatória no procedimento comum ordinário.
- D) se o acusado, citado por carta precatória, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva, nos termos do disposto no artigo 312.

**37. Sobre o ato de compromissar a testemunha para dizer a verdade e não ocultar fato, conforme artigo 203 do Código de Processo Penal É ERRADO afirmar:**

- A) a testemunha que mentir poderá se retratar antes da sentença
- B) crianças (pessoa até 12 anos incompletos) prestam compromisso e se prestarem falso testemunho, devem responder por ato infracional.
- C) não se deferirá o compromisso de falar a verdade aos doentes mentais.
- D) crianças (pessoa até 12 anos incompletos) não prestam compromisso como testemunha e não respondem por ato infracional.

**38. Diversos elementos informativos (provas) foram coletados durante a tramitação do inquérito policial, possibilitando o oferecimento da denúncia. Durante o curso da ação penal, não foi possível a realização das provas sob o crivo do contraditório. É CORRETO afirmar:**

- A) o juiz não poderá fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas;
- B) o juiz poderá fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos no inquérito policial;
- C) se não houver a confirmação das provas durante a instrução penal, o juiz poderá rejeitar a denúncia dos termos do artigo 395 do Código de Processo Penal.
- D) se as provas não forem produzidas, o juiz deve determinar que se faça o aditamento da denúncia. Se o Promotor de Justiça não promover o aditamento, o juiz deverá observar a regra do artigo 28 do Código de Processo Penal e encaminhar os autos ao Procurador Geral de Justiça.



**39. Durante a audiência de instrução penal do procedimento comum ordinário É CORRETO afirmar:**

- A) o interrogatório deve ser realizado antes da oitiva das testemunhas.
- B) o interrogatório deve ser realizado após a oitiva das testemunhas.
- C) somente o Juiz poderá perguntar no interrogatório.
- D) o silêncio durante o interrogatório importará em confissão, conforme interpretação do artigo 186, parágrafo único do Código de Processo Penal.

**40. Sobre a sentença penal condenatória É CORRETO afirmar:**

- A) deverá fixar valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido.
- B) não deverá fixar valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, pois o ofendido deverá postular à ação indenizatória no juízo cível.
- C) sempre deverá conceder o direito de apelar em liberdade, pois a pena só deve ser cumprida após o decurso dos prazos recursais e com o trânsito em julgado.
- D) na dosimetria da pena, fase das circunstâncias judiciais, o juiz poderá fixar a pena acima do máximo previsto no tipo penal, sempre fundamentando na culpabilidade e nos motivos do crime.



Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--	--	--

**PROVA DISCURSIVA – QUESTÕES TEÓRICAS – FOLHA DE RESPOSTA OFICIAL**

1. Flávio foi incluído indevidamente em cadastro de proteção ao crédito, por iniciativa de instituição financeira com quem jamais contratou. No momento em que foi inserida a inscrição irregular, Flávio já ostentava, no mesmo cadastro, anotação restritiva legítima, fundada em dívida que realmente contraía com outra instituição e cuja validade não se contesta. Nessa situação hipotética:

- A) O Código de Defesa do Consumidor aplica-se às relações mantidas com as instituições financeiras?
- B) Flávio terá direito à indenização pelos danos morais experimentados em razão da indevida negativação?
- C) Em caso de procedência do pedido, a partir de que momento incidirá a correção monetária sobre o valor da indenização por dano moral?

1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

8.

9.

10.

11.

12.

13.

14.

15.

16.

17.

18.

19.

20.



Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--	--	--

**PROVA DISCURSIVA – QUESTÕES TEÓRICAS – FOLHA DE RESPOSTA OFICIAL**

**2. Disserte sobre as dimensões negativas e positivas dos direitos fundamentais, destacando as diferenças básicas entre elas.**

1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

8.

9.

10.

11.

12.

13.

14.

15.

16.

17.

18.

19.

20.



Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--	--	--

**3. O art. 6º, VIII, da Lei n. 8.078/90, prevê a inversão do ônus da prova. Pergunta: Tal regra se trata de norma cogente (obrigatória) ou discricionária? Isto é, tal inversão é automática? Disserte sobre as regras para o cabimento dessa inversão.**

1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

8.

9.

10.

11.

12.

13.

14.

15.

16.

17.

18.

19.

20.



Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--	--	--

**PROVA DISCURSIVA – QUESTÕES TEÓRICAS – FOLHA DE RESPOSTA OFICIAL**

**4. Disserte sobre concurso material, crime continuado e concurso formal homogêneo e heterogêneo.**

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_
4. \_\_\_\_\_
5. \_\_\_\_\_
6. \_\_\_\_\_
7. \_\_\_\_\_
8. \_\_\_\_\_
9. \_\_\_\_\_
10. \_\_\_\_\_
11. \_\_\_\_\_
12. \_\_\_\_\_
13. \_\_\_\_\_
14. \_\_\_\_\_
15. \_\_\_\_\_
16. \_\_\_\_\_
17. \_\_\_\_\_
18. \_\_\_\_\_
19. \_\_\_\_\_
20. \_\_\_\_\_



Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--	--	--

**PROVA DISCURSIVA – QUESTÕES TEÓRICAS – FOLHA DE RESPOSTA OFICIAL**

5. Fulano praticou um roubo (*artigo 157 do Código Penal – Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência: pena – reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa*) e ao empreender fuga, acabou praticando uma lesão corporal leve contra outra pessoa que transitava no mesmo local (*Artigo 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem. Pena – detenção, de 03(três) meses a 1 (um) ano*). Neste contexto, disserte sobre competência para processar e julgar o fato: juízo criminal comum x juizado especial criminal e o concurso de crimes:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_
4. \_\_\_\_\_
5. \_\_\_\_\_
6. \_\_\_\_\_
7. \_\_\_\_\_
8. \_\_\_\_\_
9. \_\_\_\_\_
10. \_\_\_\_\_
11. \_\_\_\_\_
12. \_\_\_\_\_
13. \_\_\_\_\_
14. \_\_\_\_\_
15. \_\_\_\_\_
16. \_\_\_\_\_
17. \_\_\_\_\_
18. \_\_\_\_\_
19. \_\_\_\_\_
20. \_\_\_\_\_



Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--	--	--

**PROVA DISCURSIVA – QUESTÕES TEÓRICAS – FOLHA DE RESPOSTA OFICIAL**

6. Dado o caso abaixo, elabore a sentença. Dispensado o relatório. Máximo de 60 linhas.

Antônio Eustáquio, feliz com seu aumento de salário recebido recentemente, realizou um antigo sonho e adquiriu um veículo zero quilômetro, junto à renomada concessionária Carro Novo Ltda. O veículo fora adquirido e o preço pago em 60 (sessenta) prestações, tendo 01 (um) ano de garantia. Transcorridos 11 (onze) meses da aquisição, o veículo apresentou problemas em seu motor, ocasião em que Antônio se deslocou até a concessionária e relatou o ocorrido. Em análise minuciosa, a empresa concessionária alegou que se tratava de problema simples, em face da má qualidade da gasolina existente em nossa região, mormente daquela vinda do Peru, e logo devolveu o veículo para Antônio.

Ocorre que, passados mais 45 (quarenta e cinco) dias, o problema reapareceu e Antônio, pela segunda vez, procurou a empresa vendedora do veículo. Chegando lá, narrou o fato e obteve como resposta que a concessionária nada poderia fazer, tendo em vista que a garantia tinha vencido havia 15 dias. Desta feita, negaram-se a solucionar o problema diante do vencimento do prazo da garantia e fizeram um orçamento, tendo o conserto do veículo sido orçado em R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos) reais, contra o que se insurgiu Antônio e se recusou a pagar qualquer valor.

Irresignado com a atitude da empresa, Antônio procurou a sede dos Juizados Especiais Cíveis, e, mediante atermção, requereu, liminarmente, que a empresa fosse condenada a consertar o veículo, já que o problema ocorreu dentro do prazo da garantia. Pugnou pela condenação da ré em danos morais pelos dissabores sofridos em 20 (vinte) salários mínimos e, por fim, requereu a inversão do ônus da prova.

Recebida a inicial, fora indeferida a liminar em face da ausência de comprovação dos seus requisitos. Noutro giro, foi deferida a inversão do ônus da prova e designada audiência para tentativa de conciliação que restou infrutífera.

No dia da audiência de conciliação, a empresa Carro Novo Ltda apresentou defesa arguindo, em sede de preliminar, inépcia da petição inicial, ilegitimidade passiva para responder no presente feito, tendo em vista que a responsabilidade é da empresa fabricante do veículo, e não do comerciante. Arguiu também ausência de interesse de agir, tendo em vista que as parcelas do veículo estão atrasadas, bem como a existência de busca e apreensão do veículo ajuizada na vara cível desta comarca. Ainda em sede de preliminar, arguiu incompetência deste juizado em face da necessidade de perícia no veículo do autor, vedada nesta justiça especializada. No mérito, sustentou exercício regular de direito para justificar sua recusa em consertar o veículo, diante de findo o prazo da garantia que era de 01 (um) ano. Sustentou que não havia que se falar em danos morais, por se tratar de ato corriqueiro do cotidiano, não havendo ofensa aos direitos da personalidade do autor. Questionou a inversão do ônus da prova, já que o autor não provou os requisitos legais. E mais, narrou ser tal valor exorbitante. Por fim, requereu a improcedência de todos os pedidos.

Após, realizada audiência de instrução, não houve produção de provas orais, apenas juntada de documentos comprovando os fatos narrados.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE**  
Processo Administrativo nº 0100391-71.2014.8.01.0000

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_
4. \_\_\_\_\_
5. \_\_\_\_\_
6. \_\_\_\_\_
7. \_\_\_\_\_
8. \_\_\_\_\_
9. \_\_\_\_\_
10. \_\_\_\_\_
11. \_\_\_\_\_
12. \_\_\_\_\_
13. \_\_\_\_\_
14. \_\_\_\_\_
15. \_\_\_\_\_
16. \_\_\_\_\_
17. \_\_\_\_\_
18. \_\_\_\_\_
19. \_\_\_\_\_
20. \_\_\_\_\_
21. \_\_\_\_\_
22. \_\_\_\_\_
23. \_\_\_\_\_
24. \_\_\_\_\_
25. \_\_\_\_\_
26. \_\_\_\_\_
27. \_\_\_\_\_
28. \_\_\_\_\_
29. \_\_\_\_\_
30. \_\_\_\_\_
31. \_\_\_\_\_
32. \_\_\_\_\_



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE**  
Processo Administrativo nº 0100391-71.2014.8.01.0000

---

33.

---

34.

---

35.

---

36.

---

37.

---

38.

---

39.

---

40.

---

41.

---

42.

---

43.

---

44.

---

45.

---

46.

---

47.

---

48.

---

49.

---

50.

---

51.

---

52.

---

53.

---

54.

---

55.

---

56.

---

57.

---

58.

---

59.

---

60.

---



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
Processo Administrativo nº 0100391-71.2014.8.01.0000

**RASCUNHO**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
Processo Administrativo nº 0100391-71.2014.8.01.0000

**RASCUNHO**